

Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO

Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório dos
Auditores Independentes

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Entidade	3
Demonstrações contábeis da Entidade	5
Notas explicativas às demonstrações contábeis da Entidade em 31 de dezembro de 2015	10

Relatório dos auditores sobre as demonstrações contábeis da Entidade

Aos:

Administradores e Conselheiros

Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO

Rio de Janeiro – RJ

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar

Botafogo

Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150

www.grantthornton.com.br

Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada, com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

Outros assuntos**Auditoria dos valores comparativos**

As demonstrações contábeis do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 17 de abril de 2015, sem ressalva.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2016.



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 “S” – RJ

Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ativo circulante			(Reclassificado)
Caixa e equivalentes de caixa	8	19.010	16.542
Recursos vinculados a projetos	8	241.686	228.664
Outros		252	394
Total do ativo circulante		<u>260.948</u>	<u>245.600</u>
Ativo não circulante			
Recursos vinculados a projetos	8	287.143	217.946
Imobilizado	9	755	664
Total do ativo não circulante		<u>287.898</u>	<u>218.610</u>
Total do ativo		<u><u>548.846</u></u>	<u><u>464.210</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante			
Fornecedores	10	85	82
Salários e encargos a pagar	11	1.710	1.716
Impostos e taxas		161	179
Recursos de terceiros vinculados a projetos	12	241.590	228.134
Outras contas a pagar		117	1.285
Total do passivo circulante		243.663	231.396
Passivo não circulante			
Recursos de terceiros vinculados a projetos	12	287.143	217.946
Fundo de Recursos FUNBIO	13	17.245	15.033
Total do passivo não circulante		304.388	232.979
Patrimônio líquido			
Superavit (Deficit) acumulado		(415)	353
Superavit (Deficit) do exercício		1.210	(518)
		795	(165)
Total do passivo e patrimônio líquido		548.846	464.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31/12/2015	31/12/2014
Receitas operacionais			
Reembolso de projetos	14	12.728	8.267
Recuperação de custos	15	1.148	1.861
Serviços prestados	16	123	371
Total de receitas		13.999	10.499
Despesas operacionais			
Salários e encargos		(9.873)	(9.018)
Serviços de terceiros		(961)	(1.110)
Locação e manutenção		(706)	(673)
Despesas de viagens		(108)	(202)
Despesas gerais		(604)	(806)
Total das despesas		(12.252)	(11.809)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		1.747	(1.310)
Resultado financeiro	17		
Despesas financeiras		(13)	(22)
Receitas financeiras		186	104
		173	82
Resultado operacional		1.920	(1.228)
Resultado de projetos			
Prestação de contas aprovadas	12	58.266	55.328
Desembolso para parceiros	12	(10.213)	(15.300)
Recursos executados	12	(48.670)	(40.488)
Prestação de contas em andamento	12	617	460
		-	-
Aplicação de recursos	13	(710)	710
Superavit/(deficit) do exercício		1.210	(518)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>Superavit / (deficit) acumulado</u>	<u>Superavit/(deficit) do exercício</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013		353	-	353
Déficit do exercício		-	(518)	(518)
Transferência para superávit/(déficit) acumulado		(518)	518	-
Saldos em 31 de dezembro 2014		<u>(165)</u>	<u>-</u>	<u>(165)</u>
Superavit do exercício		-	1.210	1.210
Ajustes do exercício anterior	18	(250)	-	(250)
Transferência para superavit/(deficit) acumulado		1.210	(1.210)	-
Saldos em 31 de dezembro 2015		<u><u>795</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>795</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundo Brasileiro para Biodiversidade - FUNBIO

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit / (deficit) do exercício	1.210	(518)
Ajustes para reconciliar o superávit ao caixa e equivalentes de caixa proveniente das/ (aplicados nas) atividades operacionais		
Resultado na alienação de ativos	(2)	2
Depreciação e amortização do exercício	171	252
	1.379	(264)
Mudanças no ativo e passivo		
Outras contas a receber	142	114
Fornecedores	3	75
Salários e obrigações trabalhistas	(6)	253
Impostos e taxas	(18)	89
Outras contas a pagar	(1.168)	1.165
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	332	1.432
Das atividades de investimento		
Aquisição / (baixas) de ativo imobilizado	(260)	(365)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(260)	(365)
Das atividades de financiamento		
Recebimento de recursos vinculados a projetos	23.270	124.912
Rendimentos sobre recursos vinculados a projetos	42.421	28.368
Variações cambiais sobre recursos vinculados a projetos	42.628	10.749
Gestão financeira sobre recursos vinculados a projetos	(4.451)	(2.168)
Custos vinculados a projetos	(21.213)	(69.146)
Aumento dos recursos vinculados aos projetos	(82.219)	(93.677)
Aumento/redução dos fundos de recursos	2.210	460
Aumento/(redução) do patrimônio líquido	(250)	-
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de financiamento	2.396	(502)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.468	565
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.468	565
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	16.542	15.977
No final do exercício	19.010	16.542
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.468	565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (“Funbio” ou “Entidade”), é uma associação civil privada sem fins lucrativos, em operação desde 1996. É um mecanismo financeiro inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Atua como parceiro estratégico dos setores público e empresarial e da sociedade civil, em iniciativas que consolidam políticas de conservação, viabilizam programas de financiamento ambiental e também investimentos socioambientais de empresa, redução e mitigação de seus impactos, e no cumprimento de suas obrigações legais.

Em quase 20 anos, o Funbio já administrou US\$ 579,3 milhões, apoiou 235 projetos em 7 biomas, 170 instituições e 292 áreas protegidas. A Entidade integra a Rede de Fundos Ambientais da América Latina e do Caribe, com 38 organizações de 31 países, que, desde 1999, já administraram mais de US\$ 2 bilhões em fundos patrimoniais e extinguíveis.

O Funbio é também a primeira agência implementadora nacional do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), um dos mais importantes financiadores de projetos ambientais do mundo.

O Funbio está estruturado em três grandes áreas:

- Doações Nacionais e Internacionais – projetos financiados por recursos com origem em doações privadas e de acordos bi e multilaterais.
- Obrigações Legais – projetos financiados com origem em obrigações legais como compensações ambientais.
- Projetos Especiais – trabalha no diagnóstico do ambiente financeiro e no desenho de mecanismos e ferramentas que viabilizam o acesso a novas fontes.

A frente da governança do Funbio está o Conselho Deliberativo (CD), que reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial, e é responsável pela definição da estratégia e pela direção geral da organização. Reúne-se três vezes ao ano e avalia rumos estratégicos e gestão institucional: estabelece uma política geral, define metas e prioridades, transformadas em ações pela sua Secretaria Executiva. O CD aprova planos operacionais anuais, políticas de investimento e projetos desenvolvidos. Os Conselheiros participam de modo voluntário, aportando suas experiências e conhecimento. O Conselho Deliberativo organiza-se em Comissões que tratam de questões específicas, como as comissões Executivas, Técnicas de Projetos, de Finanças e Auditoria e de Gestão de Ativos. Já o Conselho Consultivo (CC) é integrado por 34 ex-conselheiros e lideranças convidadas e atua no aconselhamento técnico.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 18 de abril de 2016.

3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do ativo imobilizado e ativo intangível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

6. Principais práticas contábeis

6.1 Conversão de moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

6.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou menos e com risco

insignificante de mudança de valor; para fins de demonstração dos fluxos de caixa inclui os saldos em contas garantidas, quando utilizadas.

As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e variações cambiais até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando este for menor.

6.3 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumulada (“*impairment*”), quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens incluindo os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação dos ativos imobilizados é registrada durante sua vida útil, pelo período abaixo:

	<u>Anos</u>
Benfeitorias em bens de terceiros	3 a 25
Equipamentos de Informática	5
Moveis e utensílios	10
Maquinas e equipamentos	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

A vida útil é baseada nas estimativas da Administração a respeito do período em que os ativos gerarão receitas, as quais são periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas.

6.4 Redução ao valor recuperável dos ativos

Os ativos são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser totalmente recuperável. O valor contábil de um ativo é reduzido para seu valor recuperável estimado se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

6.5 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades e gestão de projetos, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais externos.

6.7 Recursos de terceiros vinculados a projetos

Os depósitos recebidos em contas do FUNBIO destinados à execução de projetos e firmados em instrumentos contratuais são reconhecidos como obrigação da Entidade perante os doadores e/ou parceiros. À medida da execução dos projetos, essas obrigações são reconhecidas em contrapartida com a conta “Prestação de contas aprovadas” no resultado do exercício.

6.8 Valores de realização e exigibilidade

Os demais ativos e passivos são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam quando aplicável, as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata temporis*. Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou provável de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 meses da data do balanço são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo do reembolso de despesas com os projetos, recuperação de custos e eventuais prestações de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

A receita de reembolso de projetos é reconhecida no resultado quando o FUNBIO é reembolsado pelo gerenciamento e execução dos projetos conforme objetivo social implícito em seu estatuto. Estas receitas estão previstas nos orçamentos dos projetos que são parte integrante dos acordos contratuais.

A receita de recuperação de custos é calculada com base em percentual variável de acordo com a execução dos projetos, estes valores estão previstos em instrumentos contratuais e orçamentos preparados para consecução dos objetivos dos projetos, não constituindo recursos livres para a instituição. Reconhecida no resultado no momento da prestação de contas dos projetos.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado quando pode ser estimada de forma confiável, associada com a transação por referência e o estágio de execução de seus serviços à medida do cumprimento das obrigações contratuais.

a) Aplicação de recursos do Fundo de Recursos do Funbio - FRF

Registrados como receita quando da transferência de recursos financeiros aplicados pelo gestor de ativos para a conta administrativa da Entidade em contrapartida à conta “Fundos de recursos do FUNBIO - FRF” no passivo não circulante. Registrado como despesa quando da transferência de valores da conta administrativa da Entidade em contrapartida à conta “Fundos de recursos do FUNBIO - FRF” no passivo não circulante

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

6.10 Reconhecimento das despesas de projetos

As despesas realizadas por conta de projetos são reconhecidas no resultado do exercício nas contas “desembolso para parceiros”, “recursos executados” e “prestação de contas em andamento” na medida em que são incorridas.

6.11 Imposto de renda e contribuição social corrente

Por ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, conforme disposto no artigo 15 da Lei nº 9.532/97, desde que atendendo aos requisitos previstos nas alíneas "a" a "e", do § 2º, do artigo 12 da citada Lei, a saber:

- Não remunerar, por qualquer forma seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Não apresentar Superavit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- Não contribuir para a prática que constitua infração disposto da legislação societária;
- Não observar os requisitos legais dispostos no artigo 32 da Lei Nº 9.430/96.

A Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: Conforme o artigo 13 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, as Entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais Entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do § 1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9532/97.

A Entidade vem cumprindo com os requisitos previstos na Lei nº 9532/97 para o gozo das isenções mencionadas.

6.12 Normas contábeis que entrarão em vigor após 2015

A Sociedade está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2015 (ainda sem correspondente no CPC) que entrarão em vigor após o exercício de 2015:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros;
- Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014);
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis;
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes;
- IFRS 16 – Arrendamentos;
- Alteração da IAS 16 – Imobilizado e IAS 38 – Ativos Intangíveis.

7. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado; e,
- Risco de liquidez.

As informações abaixo apresentam resumo sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros das aplicações financeiras da Entidade, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros.

A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de 1º linha. Nesse sentido, observa-se o risco cambial como o principal risco de mercado decorrente dos projetos, cujos financiadores são Entidades estrangeiras.

Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Os projetos são executados e orçados em reais e o controle de saldos a internalizar presente nas prestações de contas dos projetos são atualizadas pela taxa de câmbio vigente. Regularmente são efetuadas conciliações das parcelas a internalizar com as metas definidas para o projeto, em caso de variações significativas é feito um replanejamento do projeto.

Riscos de liquidez

É o risco de a Entidade não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. Tal controle é exercido para administrar as contas da Entidade e de cada um de seus projetos.

8 Caixa e equivalentes de caixa e recursos vinculados a projetos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recursos próprios		
Caixa	341	340
Bancos no país	2	42
Bancos no exterior (a)	551	303
Aplicações financeiras no país (b)	18.116	15.857
	19.010	16.542
Recursos vinculados a projetos		
Numerário em trânsito	3.349	-
Bancos no país	1.001	854
Bancos no exterior (a)	32.471	549
Aplicações financeiras no país (b)	395.957	357.113
Aplicações financeiras no exterior (c)	96.051	88.094
Total de recursos vinculados a projetos	528.829	446.610
Total de caixa e equivalentes de caixa	547.839	463.152
Caixa e equivalentes de caixa	19.010	16.542
Recursos vinculados a projetos circulante	241.686	228.664
Recursos vinculados a projetos não circulante	287.143	217.946
Total de caixa e equivalentes de caixa	547.839	463.152

Os montantes apresentados em caixa, bancos no país, bancos no exterior e aplicações financeiras representam os saldos próprios da Entidade os quais são destinados à sua manutenção operacional e administrativa, sendo esses prontamente conversíveis em caixa e sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são compostas de Fundos e CDB's que foram adquiridos em percentuais que variam de 96 a 101% da variação do CDI e estão registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, onde o valor justo não supera o valor de mercado.

As disponibilidades vinculadas aos projetos representam os montantes repassados pelos diversos patrocinadores a Entidade, os quais são mantidos nas contas correntes individuais de cada projeto e aplicações financeiras em fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários – CDB's, as quais possuem liquidez inferior a 90 dias, com risco insignificante de redução de valor. Tais aplicações estão sendo compostas de CDB's remunerados com a taxa do CDI e outros investimentos em Fundos de investimento, mantidas em instituição financeira de 1º linha. Tais aplicações estão registradas pelo montante investido, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, onde o valor justo não supera o valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, os recursos vinculados a projetos foram segregados da rubrica “caixa e equivalente de caixa” no balanço patrimonial em função da sua natureza. Essa segregação não havia sido efetuada em 31 de dezembro de 2014, sendo realizada a respectiva reclassificação para efeito comparativo das demonstrações contábeis, assim como o respectivo fluxo de caixa.

(a) Composição dos saldos de bancos conta movimento – exterior em 31 de dezembro:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Itáu MIAMI - FT	32.057	154
Banco do Brasil NY Funbio	551	303
J. P. MORGAN - NY - FT	256	282
Banco do Brasil Frankfurt – FFEM	109	76
Banco do Brasil NY - Capacitação RedLac	29	22
Itáu MIAMI - FTKFW	20	14
Banco do Brasil NY - GEF CERRADO	-	1
Total de caixa e equivalentes de caixa no exterior	33.022	852

(b) As aplicações Financeiras no país estão assim representadas na data de 31 de dezembro:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Recursos FMA		
Fundo fiduciário	25.070	22.796
Aplicações automáticas	3.016	3.806
Aplicação certificado Depósito - CDB	166.730	139.012
Aplicação Renda fixa	32.429	34.440
Total recursos FMA (b.1)	227.245	200.054
Demais projetos e recursos próprios		
Aplicação Certificado Depósito Bancário - CDB	22.829	31.250
Aplicação renda fixa	13.921	14.837
Gestor de ativos	110.388	68.070
Demais aplicações	39.690	58.759
Total de recursos de terceiros (b.2)	186.828	172.916
Total de aplicações financeiras	414.073	372.970

(b.1) Projeto Fundo Mata Atlântica - FMA

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Itaú Pragma - Fundo Fiduciário	10.668	14.390
Itaú Private EFFICAX - Fundo Fiduciário	10.481	6.110
Itaú Private ACTIVE FIX - Fundo Fiduciário	-	2.296
Credit Suisse - Fundo Fiduciário	3.921	-
Total de fundo fiduciário	25.070	22.796

Aplicação Certificado Depósito Bancário – CDB

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil CDB - FMA Aeroporto Santos Dumont	1.104	989
Banco do Brasil CDB - FMA Alphaville	282	-
Banco do Brasil CDB - FMA AMPLIAÇÃO CTL	76	-
Banco do Brasil CDB - FMA Ampliação Porto Sudeste	413	-
Banco do Brasil CDB - FMA Baixada Fluminense	778	294
Banco do Brasil CDB - FMA Braz Interm.	548	491
Banco do Brasil CDB - FMA CCR Dutra	1.525	861
Banco do Brasil CDB - FMA Comperj	31.227	31.817
Banco do Brasil CDB - FMA Comperj Impl. Infr. e Urbanização	13.366	13.034
Banco do Brasil CDB - FMA Comperj UHOS	738	661
Banco do Brasil CDB - FMA Construção Naval do Açú	16.934	17.663
Banco do Brasil CDB - FMA CSA II	1.403	1.542
Banco do Brasil CDB - FMA CTR Itaboraí	166	-
Banco do Brasil CDB - FMA CV	211	929
Banco do Brasil CDB - FMA DRAGAGEM DO TELSUL	2.437	462
Banco do Brasil CDB - FMA Dutoviário Comperj	4.760	4.278
Banco do Brasil CDB - FMA Expansão Bellavista	104	-
Banco do Brasil CDB - FMA GASDUC III	3.724	3.347
Banco do Brasil CDB - FMA Gasjap	148	190
Banco do Brasil CDB - FMA Gasoduto Guapimirim	419	376
Banco do Brasil CDB - FMA Gasoduto Guapimirim II	600	540
Banco do Brasil CDB - FMA GNL Petrobras	1.737	-
Banco do Brasil CDB - FMA Grota Funda	925	-
Banco do Brasil CDB - FMA ITAGUAI	3.354	-
Banco do Brasil CDB - FMA JV PART CDB	460	281
Banco do Brasil CDB - FMA LIBRA TERMINAL	1.076	905
Banco do Brasil CDB - FMA Linha de transmissão - Petrobrás	110	99
Banco do Brasil CDB - FMA LLX ACÚ	11.685	7.954

Banco do Brasil CDB - FMA Lot. Buzios Golfe	240	156
Banco do Brasil CDB - FMA Loteum Incor.	189	112
Banco do Brasil CDB - FMA LT Macaé Campos	502	-
Banco do Brasil CDB - FMA MARINA IMPERIAL	77	69
Banco do Brasil CDB - FMA Metrô CRB	381	500
Banco do Brasil CDB - FMA Metrô CRB II	7.737	5.683
Banco do Brasil CDB - FMA Multi Car	815	732
Banco do Brasil CDB - FMA Multi Rio	786	706
Banco do Brasil CDB - FMA Obras Tecab	1.741	1.598
Banco do Brasil CDB - FMA OF CSN	9.582	8.582
Banco do Brasil CDB - FMA Paracambi Lighter	349	813
Banco do Brasil CDB - FMA PCH RIO PRETO	63	-
Banco do Brasil CDB - FMA Petrobras Readeq. TECAM/REDUC	1.831	-
Banco do Brasil CDB - FMA PMN DAS AGUAS	4.613	2.103
Banco do Brasil CDB - FMA Ponta da Areia	351	316
Banco do Brasil CDB - FMA Pres. Vargas	337	502
Banco do Brasil CDB - FMA Quitumba	492	441
Banco do Brasil CDB - FMA SERB	693	-
Banco do Brasil CDB - FMA TA AR Transpetro	82	225
Banco do Brasil CDB - FMA TER Sub Emissário	1.923	1.727
Banco do Brasil CDB - FMA TERM SUL LLX	5.898	2.950
Banco do Brasil CDB - FMA Terminal Mar. Da Ilha Guaíba	74	238
Banco do Brasil CDB - FMA TRANSCARIOCA	8.097	7.283
Banco do Brasil CDB - FMA Transolímpica Pmrj	7.318	6.501
Banco do Brasil CDB - FMA UPGN Comperj	10.601	9.539
Banco do Brasil CDB - FMA UTE Porto do Açu	485	435
Banco do Brasil CDB - FMA UTE SANTA CRUZ FURNAS	1.080	977
Banco do Brasil CDB - FMA Via Principal	83	111
Total de aplicações em certificado depósito bancário - CDB	166.730	139.012

Aplicação Renda Fixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil RF LP - FMA Baixada Fluminense	-	858
Banco do Brasil RF LP - FMA Comperj	9.195	8.274
Banco do Brasil RF LP - FMA Comperj UHOS	1.095	985
Banco do Brasil RF LP - FMA Construção Naval do Açu	13.247	11.921
Banco do Brasil RF LP - FMA GASDUC	250	225
Banco do Brasil RF LP - FMA ITAGUAI	-	3.770
Banco do Brasil RF LP - FMA LIBRA TERMINAL	236	212
Banco do Brasil RF LP - FMA LLX AÇU	2.517	2.265
Banco do Brasil RF LP - FMA Loteum Incorp	28	25
Banco do Brasil RF LP - FMA Metro CRB	1.909	1.718
Banco do Brasil RF LP - FMA Metrô CRB II	1.400	1.260
Banco do Brasil RF LP - FMA Obras Tecab	681	613
Banco do Brasil RF LP - FMA PRES. VARGAS	578	520
Banco do Brasil RF LP - FMA RIO JV PARTN	139	125
Banco do Brasil RF LP - FMA SERB	-	630
Banco do Brasil RF LP - FMA TA AR Transpetro	333	299
Banco do Brasil RF LP - FMA UTE AÇU	246	222
Banco do Brasil RF LP - FMA Volta Redonda	322	290
Banco do Brasil RF LP - PTA AREIA	253	228
Total de aplicação renda fixa	32.429	34.440

Aplicações automáticas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil CP Corp 600 mil - FMA CSA II	2.568	2.332
Banco do Brasil CP Corp 600 mil - FMA Grota Funda	-	848
Banco do Brasil REF DI LP Corp 600 mil - FMA GASJAP	448	404
Banco do Brasil CP 50 mil - FMA CTR Itaboraí	-	152
Banco do Brasil CP 50 mil - FMA AMPLIAÇÃO CTL	-	70
Total de aplicações automáticas	3.016	3.806

(b.2) Demais projetos

Aplicação Certificado Depósito Bancário - CDB

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil CDB – Administrativa	851	792
Banco do Brasil CDB - Adoção de Parques (MPX LM)	585	908
Banco do Brasil CDB - Adoção de Parques (OGX FN)	1.215	1.322
Banco do Brasil CDB – AFCOF II	-	251
Banco do Brasil CDB – ARPA BID	246	1.988
Banco do Brasil CDB – ARPA BID MSC	315	-
Banco do Brasil CDB – BNDES	-	1.547
Banco do Brasil CDB – CARBONO PAITER SURUI	955	1.579
Banco do Brasil CDB - Carteira Fauna (Ararinha Azul)	1.113	1.102
Banco do Brasil CDB - Carteira Fauna (Sirênios)	147	39
Banco do Brasil CDB - Carteira Fauna (Sísmica)	-	29
Banco do Brasil CDB – CFA	-	62
Banco do Brasil CDB – Chevron - Pesquisa Marinha e Pesqueira	5.319	-
Banco do Brasil CDB – Chevron Conservação da Toninha	2.452	-
Banco do Brasil CDB – FIP	-	12
Banco do Brasil CDB – FUNBIO CIDADES	-	215
Banco do Brasil CDB – FUNJUS	3.349	3.135
Banco do Brasil CDB – FUNJUS CAPACITAÇÃO	-	103
Banco do Brasil CDB – GEF CERRADO	37	1.086
Banco do Brasil CDB – GEF ECOFUNDS	-	13
Banco do Brasil CDB – GEF MAR	1.679	-
Banco do Brasil CDB – GEF Nutrição	1.204	667
Banco do Brasil CDB – GEF Polinizadores	156	799
Banco do Brasil CDB – ICCO FOUND	102	367
Banco do Brasil CDB – Kayapo	775	1.941
Banco do Brasil CDB – KfW ARPA 2ª Fase	887	5.813
Banco do Brasil CDB – Moore Sustentabilidade	747	-
Banco do Brasil CDB – Novas Fontes Arpa	123	376
Banco do Brasil CDB – PROBIO II	-	300
Banco do Brasil CDB – PROBIO JURUTI	91	159
Banco do Brasil CDB – PROBIO Votorantin CP	18	-
Banco do Brasil CDB – PROBIO Votorantin Execução	10	-
Banco do Brasil CDB – Projeto K	2	-
Banco do Brasil CDB – RVS Rio da Prata	414	371
Banco do Brasil CDB – Terra do Meio	-	13
Banco do Brasil CDB – TFCA	21	6.243
Itaú CDB – Fauna (Carteira Fauna)	16	18
Total aplicação Certificado Depósito Bancário - CDB	22.829	31.250

Aplicação Renda fixa

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil RF LP - GEF BM	463	417
Banco do Brasil RF LP – MPX	20	19
Banco do Brasil RF LP - PROBIO Fundo de Oportunidade	9.781	10.847
Banco do Brasil RF LP – TFCA	3.657	3.556
Total aplicação renda fixa	13.921	14.837

Gestor de ativos

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Itaú Pragma – Fundo Kayapó	8.319	11.584
Itaú Pragma – Fundo de Recursos do Funbio - FRF	7.306	9.882
Itaú Pragma – Fundo de Transição - FT	48.407	4.233
Itaú Pragma – Fundo de Transição - FT KFW	32.425	42.371
Credit Suisse – Fundo de Recursos do Funbio - FRF	2.772	-
Credit Suisse – Fundo de Transição - FT KFW	11.159	-
Total gestor de ativos	110.388	68.070

Demais aplicações

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Banco do Brasil - Parna do Cabo	-	23
Banco do Brasil - FT Operacional	739	1.465
Banco do Brasil – FUNBIO ADM. Título de Capitalização	-	15
Banco do Brasil – GEF BM Arpa II	1.010	3.313
Banco do Brasil – Resex Mapua	8	-
Itaú– Fauna (Carteira Fauna)	104	-
Itaú - Administrativa	20	18
Itaú - Fauna (Carteira Fauna)	8	5
Itaú ACTIVE FIX - FRF	-	1.591
Itaú ACTIVE FIX - FT	-	673
Itaú Compromissada DI -Administrativa	264	-
Itaú Compromissada DI – Fauna (Carteira Fauna)	339	144
Itaú Compromissada DI - FT	-	25.213
Itaú Compromissada DI – FT KFW	9.059	10.773
Itaú EFFICAX - FT KFW	12.776	6.587
Itaú Private – Fauna (Carteira Fauna)	-	118
Itaú Private – FRF	7.166	3.561
Itaú Private – FT	77	1.763
Itaú Private - Fundo Kayapó	8.120	2.339
Itaú Private Compromissada DI FD - KAYAPO	-	1.071
Itaú Private Exclusive FIC - FAUNA	-	87
Total de demais aplicações	39.690	58.759

(c) Composição das aplicações financeiras no exterior em 31 de dezembro:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
J. P. MORGAN - Fundo de Transição	29.727	22.601
Itaú Miami - Fundo de Transição	59.365	60.380
Itaú Miami - KFW Fundo de Transição	6.959	5.113
Total de aplicações no exterior	96.051	88.094

9 Imobilizado**a) Composição**

Descrição	Taxa de depreciação anual	31/12/2015			Imobilizado líquido em 31/12/2014
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	
Móveis e utensílios	10%	282	(252)	30	39
Maquinas e equipamentos	10%	278	(153)	125	107
Equipamentos de informática	20%	971	(506)	465	365
Benfeitorias em bens de terceiros	4% a 33%	626	(491)	135	153
Total		2.157	(1.402)	755	664

b) Movimentação

Descrição	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de Informática	Benfeitorias em bens de terceiros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	45	94	177	230	546
Aquisições	5	59	242	61	367
Baixas	-	(1)	(1)	-	(2)
Depreciação	(11)	(15)	(83)	(138)	(247)
Outros	-	(30)	30	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	39	107	365	153	664
Aquisições	-	38	222	-	260
Baixas	-	(1)	-	-	(1)
Depreciação	(9)	(16)	(121)	(8)	(154)
Outros	-	(3)	(1)	(10)	(14)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	30	125	465	135	755

c) Redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a administração não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, além dos valores reconhecidos na provisão para perdas.

10 Fornecedores

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Digirax Representação Com. Serv. Equip. de Informática	-	3
NTI Distribuidora Importação e Exportação Ltda	-	5
Maia Comércio e Serviços Ltda	-	70
TOTVS S.A.	-	4
Ferrari & Cia Ltda	29	-
Dell Computadores do Brasil Ltda	20	-
Márcia Maria Matavelli Mellega	14	-
A.F. Comércio e Serviços Técnicos Ltda	13	-
Distribuidora Unica Rio Ltda	5	-
Outros	4	-
Total	85	82

11 Salários e obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Provisão de férias e encargos	944	955
Salários a pagar	353	346
IRRF a recolher	195	195
INSS a recolher	149	153
FGTS a recolher	57	55
PIS a recolher	7	7
Outros	5	5
Total	1.710	1.716

12 Recursos de terceiros vinculados a projetos

Movimentação dos saldos dos projetos de 2015:

Descrição	Notas	31/12/2014	Prestação de contas em andamento	Prestação de contas enviadas	Recursos utilizados Prest atas	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Variação cambial	Despesas financeiras	Transferências e desembolsos	31/12/2015
			(a)	(b)	(a) + (b)						
Fundo de Transição	12.1	180.156	-	-	-	15.187	14.171	39.959	(1.338)	(2.500)	245.635
ARPA 2ª Fase – BNDES	12.1	1.160	-	(1.244)	(1.244)	-	52	-	-	32	-
ARPA 2ª Fase - GEF BM	12.1	3.790	(139)	(6.950)	(7.089)	5.790	339	-	(11)	(1.141)	1.678
ARPA 2ª Fase – KfW	12.1	6.756	(346)	(14.497)	(14.843)	10.594	175	398	(153)	(1.455)	1.472
ARPA FT - Operacional	12.1	1.433	(78)	(2.287)	(2.365)	2.500	221	-	(5)	(986)	798
ARPA FT - BID	12.1	1.710	(2)	(835)	(837)	316	135	-	(3)	(1.012)	309
FMA - Compensação Ambiental	12.2	158.487	-	(12.711)	(12.711)	17.331	18.266	-	(11)	(1.589)	179.773
FMA - Fundo Fiduciário	12.2	22.797	-	-	-	-	3.058	-	(786)	-	25.069
FMA - Cartão Vinculado	12.2	930	-	(631)	(631)	-	56	-	(9)	(134)	212
FMA - Outras Fontes	12.2	17.968	-	-	-	2.143	2.183	-	-	-	22.294
TFCA	12.3	9.806	-	(6.673)	(6.673)	551	688	-	(2)	(653)	3.717
Fundo Kayapó	12.4	14.993	-	-	-	-	1.750	-	(306)	-	16.437
Kayapó	12.4	1.942	-	(1.276)	(1.276)	-	133	-	-	(22)	777
Adoção de Parques	12.5	2.554	-	(655)	(655)	-	267	-	(1)	65	2.230
Fundo Juruti Sustentável	12.6	3.136	-	(143)	(143)	-	358	-	-	-	3.351
Capacitação FUNJUS	12.6	103	-	(30)	(30)	-	4	-	-	(56)	21
Probio - Fundo de Oportunidade (*)	12.7	10.847	-	(2.097)	(2.097)	1.368	1.114	-	-	(1.451)	9.781
Probio II	12.7	272	-	(290)	(290)	69	3	(3)	-	(51)	-
Probio Juruti Sustentável	12.7	159	(6)	(279)	(285)	200	11	-	(1)	-	84
Subprojeto Votorantim - Execução	12.7	-	(2)	(103)	(105)	112	3	-	-	-	10
Subprojeto Votorantim - CP	12.7	-	(2)	(20)	(22)	330	3	-	-	(292)	19
Subtotal		438.999	(575)	(50.721)	(51.296)	56.491	42.990	40.354	(2.626)	(11.245)	513.667

Ne.(*) O projeto Probio – Fundo de Oportunidades possui dois subprojetos: Probio – Juruti Sustentável e Votorantim – São executados pelo próprio Funbio e estão apresentados em linhas específicas portanto, os recursos por esses projetos R\$ 200 e R\$ 112 respectivamente, também constam da prestação de contas do projeto Probio – Fundo de Oportunidades.

[illegible]

Movimentação dos saldos dos projetos de 2014:

Descrição	Notas	31/12/2013	Prestação de contas em andamento	Prestação de contas enviadas	Recursos utilizados Prest ctas	Recursos recebidos	Rendimentos sobre aplicações	Variação cambial	Transferências e desembolsos	31/12/2014
			(a)	(b)	(a) + (b)					
ARPA FT e FAP	12.1	139.161	-	-	-	25.723	7.654	10.623	(3.005)	180.156
ARPA 2ª Fase – BNDES	12.1	1.303	(305)	(1.863)	(2.169)	2.450	82	-	(506)	1.160
ARPA 2ª Fase - GEF BM	12.1	3.434	(4)	(2.938)	(2.942)	5.649	247	-	(2.599)	3.790
ARPA 2ª Fase – KfW	12.1	4.383	(57)	(10.366)	(10.423)	12.529	277	207	(217)	6.756
ARPA FT - Operacional	12.1	-	(25)	(56)	(81)	1.500	14	-	-	1.433
ARPA FT - BID	12.1	-	-	(288)	(288)	2.029	16	-	(47)	1.710
FMA - Compensação Ambiental	12.2	124.635	(2)	(12.557)	(12.559)	36.167	12.348	-	(2.105)	158.487
FMA - Fundo Fiduciário	12.2	21.029	-	-	-	901	2.071	-	(1.205)	22.797
FMA - Cartão Vinculado	12.2	293	-	(385)	(385)	900	13	-	108	930
FMA - Outras Fontes	12.2	7.874	-	-	-	8.734	1.361	-	(1)	17.968
TFCA	12.3	17.296	-	(9.917)	(9.917)	2.402	1.196	-	(1.172)	9.806
Fundo Kayapó	12.4	15.192	-	-	-	-	1.708	-	(1.907)	14.993
Kayapó	12.4	744	-	(452)	(452)	1.681	64	-	(96)	1.942
Adoção de Parques	12.5	2.529	-	(203)	(203)	-	229	-	(1)	2.554
Alcoa – Fundo Juruti Sustentável	12.6	3.740	-	(568)	(568)	-	290	-	(326)	3.136
Capacitação CONJUS	12.6	-	-	(42)	(42)	326	9	-	(190)	103
Probio - Fundo de Oportunidade	12.7	2.667	-	(1.340)	(1.340)	9.407	283	-	(169)	10.847
Probio II	12.7	93	(31)	(539)	(570)	1.251	11	-	(513)	272
Probio Juruti Sustentável	12.7	-	-	(13)	(13)	169	3	-	-	159
AFCOF II	12.8	365	-	(101)	(101)	-	21	-	(40)	245
Subtotal		344.738	(424)	(41.630)	(42.053)	111.819	27.898	10.830	(13.990)	439.242

[illegible]

12.1 ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

O programa ARPA é a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo. Tem como meta a conservação e uso sustentável de 60 milhões de hectares – 15% da região amazônica – em Unidades de Conservação (UCs). O Funbio é o gestor financeiro do programa, realizando as atividades de aquisições e contratações para as UCs e fazendo a gestão de ativos do fundo que garante a sustentabilidade do programa no longo prazo, o Fundo de Transição (FT). Este fundo incorpora os recursos do FAP (Fundo de Áreas Protegidas), constituído na primeira fase do programa, e alavanca novos recursos da cooperação internacional e de doações privadas, com a meta de chegar a 215 milhões de dólares. Este recurso deve financiar as UCs apoiadas pelo Arpa em uma transição gradual, até que os recursos governamentais assumam a cobertura total dos custos de manutenção das UCs a partir de 2039. Em sua segunda fase, o Arpa apoia a criação de mais 13,5 milhões de hectares em novas UCs e a consolidação de cerca de 32 milhões de hectares em UCs já estabelecidas.

No exercício de 2015 destacamos:

- O Fundo de Transição e o FAP atingiram o montante de R\$ 245 milhões, um incremento de 36% (2014: R\$ 180 milhões) decorrentes de novos depósitos recebidos de doações do WWF e da Anglo American, rendimentos de aplicação financeira e variação cambial, esta última impactada pela valorização da moeda estrangeira (US\$) constante na carteira de investimentos. Em 2015 novas unidades foram consolidadas e passaram a utilizar recursos da conta do Fundo de Transição, segregada e apresentada no quadro acima como ARPA FT - Operacional;
- Executados R\$ 1,2 milhões do saldo proveniente do Fundo Amazônia/BNDES, contrato no valor total de R\$ 20 milhões, com o encerramento deste contrato;
- Internalizados R\$ 5,8 milhões e executados aproximadamente R\$ 7,1 milhões dos recursos do contrato com o Banco Mundial no valor total de US\$ 15,9 milhões;
- Do contrato com o Ministério para Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), assinado com o Kfw – Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento) no valor de EUR 20 milhões, internalizamos R\$ 10,6 milhões e executamos R\$ 14,8 milhões;
- A conta do ARPA FT – Operacional recebeu R\$ 2,5 milhões provenientes do Fundo em 2015 e executou 2,4 milhões.
- Com relação à Cooperação Técnica Não-Reembolsável assinada com o BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento, no valor total de US\$ 4,5 milhões, que prevê o Planejamento e Fortalecimento do Gestor do Fundo de Transição para o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) para a Vida, foram executados R\$ 0,8 milhões e internalizados R\$ 0,3 milhões em 2015.

12.2 Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro

FMA – Fundo Mata Atlântica do Rio de Janeiro – Convênio SEA

O Mecanismo para a Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro, também conhecido como Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), foi concebido para potencializar os investimentos ambientais no Estado do Rio de Janeiro e oferecer novas opções de apoio para as áreas protegidas, com agilidade, eficiência e transparência. Por meio de uma parceria firmada com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA-RJ), o FUNBIO administra os recursos do FMA/RJ provenientes da compensação sobre os impactos ambientais de empreendimentos produtivos, cujo pagamento é regulamentado pelo SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e recursos oriundos de outras fontes.

O FMA/RJ é amparado pelo Termo de Convênio nº. 003/2009 celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro por intermédio da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com a interveniência do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, visando a operação, manutenção e controle do mecanismo. O FMA/RJ é composto por quatro instrumentos financeiros, a saber: 1) Instrumento Financeiro de Compensação Ambiental; 2) Instrumento Operacional e Financeiro de Doação; 3) Instrumento Financeiro Fiduciário; e 4) Instrumento Operacional e Financeiro de Outras Fontes.

1) Instrumento Financeiro de Compensação Ambiental

O governo do Estado do Rio de Janeiro publicou em 2013 a Lei nº 6.572 que dispõe sobre a compensação devida pelo empreendedor responsável por atividade de significativo impacto ambiental, e institui claramente a opção por executar diretamente esse recurso, ou por contratação sob sua responsabilidade ou por mecanismos operacionais e financeiros implementados pela SEA, onde o Mecanismo FMA/RJ se insere. O diferencial para o empreendedor que opta pelo Mecanismo FMA/RJ é a desoneração da obrigação de apoiar a implantação e manutenção de Unidades de Conservação e autorização da quitação após o depósito integral dos recursos.

As principais atividades do FMA/RJ são as compras e contratações para as UCs do Estado, efetuadas de acordo com os projetos aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental da SEA. Além disso, o FMA/RJ também efetua pagamentos para regularização fundiária das áreas protegidas e disponibiliza cartões vinculados, que são recarregados para cobertura de pequenos gastos para a manutenção das UCs.

Até o final de 2015, o FMA/RJ mobilizou recursos significativos de compensações ambientais. 103 empreendimentos no Estado se comprometeram a destinar os recursos para o cumprimento de suas obrigações por meio do mecanismo, somando compromissos de mais de R\$ 296 milhões em Termos de Compromisso de Compensação Ambiental. O instrumento financeiro de compensação ambiental do FMA-RJ apresentou um saldo de R\$ 180 milhões no fim do exercício de 2015 (2014: R\$ 158 milhões), tendo executado recursos da ordem de R\$ 13,3 milhões (2014: R\$ 12,5 milhões) e recebido um montante de R\$ 17,3 milhões nesse ano.

O ano de 2015 fechou com um total de 92 projetos, estando 21 finalizados, 11 em processo de finalização e 60 em andamento. Considerando todos os projetos, o mecanismo apoia 48 unidades de conservação, sendo 3 federais, 28 estaduais e 17 municipais, totalizando uma área de cerca de 487 mil hectares de áreas protegidas apoiadas.

Algumas das ações do ano de 2015 foram:

- Finalização das obras e compra de bens para a Sede do Parque Estadual Cunhambebe, inaugurada em novembro de 2015;
- Compra de dois caminhões com carrocerias de transporte de animais para contribuir com a fiscalização e o combate a crimes ambientais nas UCs do estado;
- Contratação de empresa para o fornecimento de alimentos para os animais alojados no Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), localizado na Floresta Nacional Mário Xavier, em Seropédica;
- Compra de 25 sensores de contagem de visitantes – os chamados eco contadores - e instalação dos equipamentos em trilhas de diversos parques do Estado do Rio de Janeiro para auxiliar a gestão de uso público.

Além disso, o FMA/RJ realizou dois pagamentos para Regularização Fundiária, no valor total de R\$ 39 mil, e executou o Projeto Fundo Fiduciário, com destinação de R\$ 631 mil para cerca de 30 cartões

vinculados, os quais ficam sob a responsabilidade de gestores do INEA e ajudam na cobertura de pequenas despesas das Unidades de Conservação, tais como: alimentação, combustíveis, materiais de escritório, ferramentas e etc.

2) Instrumento Operacional e Financeiro de Doação

Até o final de 2015 a carteira de Doação não recebeu recursos nem projetos a serem executados.

3) Instrumento Financeiro Fiduciário

Instituído financeiramente em 2012, o Fundo Fiduciário é um instrumento previsto no âmbito do Convênio SEA que visa prover sustentabilidade financeira de longo prazo às Unidades de Conservação que estão sob a gestão do INEA. O fundo apresenta a característica de ser conservador e manter o capital principal preservado, devendo ser feito uso de seus rendimentos líquidos, com intenção de garantir a sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação. Até o final de 2015, todos os recursos retirados do Fundo Fiduciário foram destinados ao Projeto Fundo Fiduciário, o qual compõe a carteira de Compensação Ambiental.

O montante de recursos financeiros recebidos para esta carteira até o final de 2015 foi de R\$ 20,2 milhões (R\$ 19,3 milhões até 2013, R\$ 901,2 mil em 2014, em 2015 não houve entrada de recursos). Os rendimentos acumulados foram na ordem de R\$ 6,4 milhões e R\$ 1,46 milhões foram retirados para a execução do Projeto Fundo Fiduciário, resultando em um saldo de R\$ 25 milhões no Instrumento Fundo Fiduciário ao final de 2015.

3.a Cartão Vinculado – Recursos provenientes do Fundo Fiduciário e / ou de projetos aprovados para este fim específico, alimentam a conta operativa dos cartões vinculados do Funbio. Tal mecanismo financeiro, visa suprir as unidades de conservação e núcleos do Estado do RJ com recursos para uso emergencial com despesas elegíveis e prestação de contas previsto em manual operacional. Em 2015 R\$ 631 foram utilizados nos 31 cartões em utilização (Em 2014, 22 cartões custearam recursos da ordem de R\$ 385).

4) Instrumento Operacional e Financeiro de Outras Fontes

Em 2013 o FUNBIO recebeu os primeiros aportes ao Instrumento Operacional e Financeiro de Outras Fontes, no montante de R\$ 7,8 milhões. Em 2014 recebeu aportes no montante de R\$ 8,7 milhões. Em 2015, o total recebido foi de R\$ 2,1 milhões. Com rendimentos da ordem de R\$ 3,7 milhões até 2015, o saldo do instrumento financeiro de Outras Fontes soma aproximadamente R\$ 22,3 milhões, não havendo projetos alocados neste instrumento.

As prestações de contas enviadas para a SEA/RJ e para o INEA aprovadas e os relatórios anuais de cumprimento do objeto do Mecanismo FMAR/RJ encontram-se disponíveis no site do Funbio.

12.3 TFCA – Tropical Forest Conservation Act

O Tropical Forest Conservation Act (TFCA) é resultado de um acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos que visa a troca de dívidas contraídas por países junto ao Governo Norte-americano por investimentos na conservação e no uso sustentável das florestas. Em todo o mundo, mais de dez países já firmaram o acordo com os EUA. O Funbio é a secretaria executiva da Conta TFCA, que recebe os recursos e os direciona para projetos em áreas com remanescentes dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, que, juntos, cobrem cerca de 50% do país. O total da troca de dívida foi de US\$ 20,8 milhões.

Desde 2011, o TFCA já lançou cinco chamadas de projetos, que resultaram no apoio a 82 projetos. Até o final de 2014, 71 já tiveram resultados monitorados pelo Funbio. As linhas temáticas apoiadas são: Áreas

Protegidas; Manejo de Paisagem; Capacitação; Manejo de Espécies; Projetos Comunitários; Fortalecimento de Rede; e Capacitação para a Mobilização de Recursos Financeiros.

Em 2014, foi iniciado o apoio aos quatro novos projetos classificados na última chamada lançada pelo Programa. Além disso, foi aprovada a extensão de 16 dos 82 projetos, cujas atividades estivessem relacionadas diretamente à criação de novas políticas públicas.

Em 2015 as seguintes atividades foram desempenhadas:

- Monitoramento e finalização da execução de todos os 82 projetos apoiados;
- Realização do 2º Seminário de Projetos, em Brasília, em novembro/2015;
- Publicação, lançamento e distribuição do livro TFCA – Uma Experiência Brasileira;
- Finalização e divulgação do Relatório de Resultados (2011/2014).

Em conjunto com MMA e demais parceiros, encontra-se em curso a elaboração de propostas para utilização dos recursos remanescentes do Programa, cujo saldo a aplicar no final de 2015 monta R\$ 3,7 milhões.

No decorrer de 2015 a Conta TFCA operativa recebeu parcelas no montante de R\$ 0,5 milhões (2014: R\$ 2,4 milhões) e executou desembolsos da ordem de R\$ 6,7 milhões (2014: R\$ 9,9 milhões), tendo um saldo disponível ao final do período no valor de R\$ 3,7 milhões (2014: R\$ 9,8 milhões).

12.4 Fundo Kayapó

Fundo patrimonial criado e desenhado pelo Funbio para apoiar organizações Kayapó no longo prazo e aumentar a capacidade das Terras Indígenas Kayapó de manterem sua integridade física. O FK recebeu doações que totalizam de R\$ 15,5 milhões, oriundas do Fundo Amazônia, por meio do BNDES, e da Conservação Internacional (CI-Brasil). O Funbio é o gestor dos recursos que devem ser destinados a projetos formulados por organizações indígenas vinculadas a essa etnia.

Em 2015, teve início o segundo ciclo de investimentos que destinou R\$1,8 milhão para apoio a novos projetos nas Terras Indígenas Kayapó e outros R\$ 151.778,56 para atividades de gestão e monitoramento de projetos. Foram selecionados três projetos de três organizações indígenas, a saber:

- i) Fortalecimento institucional, territorial e apoio a ações de desenvolvimento sustentável nas Terras Indígenas Menkragnoti e Capoto/Jarinn, do Instituto Raoni;
- ii) Fortalecimento de atividades de geração de renda, do Instituto Kabu e Fortalecimento das comunidades Kayapó representadas pela Associação Floresta Protegida para a proteção e gestão sustentável de seus territórios e recursos naturais, da Associação Floresta Protegida e;
- iii) Fortalecimento de atividades de geração e renda, do Instituto Kabu. De um modo geral, os projetos estão voltados para quatro linhas de ação: controle e monitoramento ambiental territorial, fomento a atividades produtivas sustentáveis, gestão territorial ambiental e fortalecimento institucional de associações indígenas nas terras (TIs) Kayapó.

No final do ano, a equipe do Funbio realizou uma visita de monitoramento *in loco*, para capacitação dos executores quanto à utilização das ferramentas de gestão adotadas pelo Funbio na execução dos Projetos e acompanhamento das atividades.

12.5 Adoção de Parques

Esta modalidade de apoio, criada em 2011, busca investimentos voluntários privados para estruturar e promover a manutenção de Unidades de Conservação (UCs) Federais, Estaduais ou Municipais visando a conservação da Biodiversidade. O Funbio administra as doações e presta serviços de compras e contratações especializadas, controle financeiro e relatoria. Em contrapartida ao aporte de recursos, as empresas têm seu patrocínio reconhecido e ganham visibilidade em ações de comunicação.

Os contratos vigentes são:

Parque	Área (mil hectares)	Recursos Contratuais	Prestação de contas enviadas
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	10,9	R\$ 4,3 milhões -OGX	-
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	155	R\$ 3,5 milhões – MPX/ENEVA	(2.033)

Em 2015, deu-se continuidade na execução dos recursos aportados pelas empresas OGX e pela Eneva, ex-MPX, para os Parques Nacionais de Fernando de Noronha (PE) e dos Lençóis Maranhenses (MA), respectivamente. O planejamento atual busca a execução dos recursos já liberados pelos doadores, sem considerar parcelas a serem liberadas.

Desde o início do projeto foram executadas obras de infraestrutura conforme segue:

- Em Lençóis Maranhenses, as principais foram: construção da Ponte do Riacho do Cedro, que permite acesso à Lagoa Azul (um dos principais pontos turísticos do Parque); construção de garagem náutica/terrestre; reforma do Posto Avançado de Atins, que inclui alojamento e subsede administrativa do Parque; reforma e manutenção de todos os veículos, que incluem embarcações, automóveis e quadriciclos. Essas reformas e manutenções foram fundamentais para que as atividades de fiscalização pudessem acontecer.
- Em Fernando de Noronha, foram realizadas reforma e ampliação da sede administrativa, elaboração de projeto para reforma e ampliação do alojamento de pesquisadores, compra de bens e manutenção de veículos e infraestruturas já existentes no Parque.

O programa conta ainda com um aporte no valor original de R\$ 300 mil efetuado pela BP Brasil em 2012 para apoiar ações relacionadas à administração e gestão ambiental de UC's, o projeto encontra-se em vias de elaboração.

Ao fim do exercício de 2015, o programa Adoção de Parques apresenta um saldo de R\$ 2,2 milhões (R\$ 2014: R\$ 2,5 milhões), tendo executado R\$ 655 mil (2014: R\$ 203 mil) em suas atividades.

12.6 Programa Juruti sustentável – Funjus e Conjus

O Fundo Juruti Sustentável (Funjus) é uma experiência inovadora de apoio financeiro à implementação de projetos socioambientais no Município de Juruti, no Estado do Pará. Desenvolvido pelo FUNBIO, integra a estratégia de desenvolvimento Juruti Sustentável, que abrange também o fórum consultivo denominado Conselho Juruti Sustentável (Conjus) e os Indicadores de Desenvolvimento, com uma linha de base sistematizada pela Fundação Getulio Vargas (GV-CES) em uma metodologia de construção conjunta com a comunidade.

O ano de 2013 marcou o início de uma fase de transição do Funjus. O FUNBIO que realiza a gestão do fundo desde a sua criação há 04 anos iniciou uma transição operacional que atribui ao Conjus a seleção e execução dos próximos editais. Para cumprimento deste plano de transição está prevista uma capacitação

de 3 meses para a equipe local do Conjus e monitoramento num prazo total de 18 meses a partir de janeiro/2014.

Em 2014, o modelo de repasse das informações, prevista na transição supracitada, foi o de uma capacitação sobre as ferramentas de gestão, dividida em 12 módulos que abordam os temas: introdução aos conceitos de fundos; gestão do conselho; gestão da secretaria executiva; gestão de doadores; plano de comunicação; gestão de informação e documentos; seleção; contratação; execução; monitoramento e avaliação; planejamento financeiro; e controle contábil. Ainda em 2014 foram efetuados repasses para a institucionalização do Conjus e para o Projeto de Conservação dos Quelônios.

Os módulos foram divididos em cinco encontros em Juruti: quatro entre maio a novembro de 2014 e o último realizado em 2015, no Funbio com a proposta de apresentar o trabalho de outros parceiros. Paralelamente, foi realizada a supervisão das atividades da nova secretaria executiva do Funjus, com a orientação sobre os procedimentos para atuação, bem como a gestão financeira dos ativos do Fundo.

O FUNBIO é o depositário dos recursos do Funjus efetuando a guarda e gestão dos investimentos, realizando os desembolsos para o Conjus conforme demanda. Ao fim do exercício de 2015, o saldo do Funjus monta R\$ 3,4 milhões (2014: R\$ 3,1 milhões).

Em 2016 é prevista a execução da transferência dos recursos do Fundo Juruti para o IJUS, instituto criado para realizar as atividades do Conjus.

12.7 Probio II - Projeto Nacional de Ações Integradas Público Privadas para Biodiversidade

A iniciativa tem como objetivo mobilizar setores produtivos a adotarem princípios e práticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade em seus negócios. O Funbio promove ações de engajamento do setor privado, visando impulsionar a transformação dos modelos de produção, consumo e de ocupação do território nacional. O projeto tem recursos do Global Environment Facility (GEF), por meio do Banco Mundial, que dedicou um total de US\$ 22 milhões para os parceiros da iniciativa.

O Probio II chegou ao fim em 2014 com parcerias firmadas com o setor privado para a execução de 7 subprojetos em 6 territórios produtivos para incorporar práticas adequadas e estratégias favoráveis à biodiversidade. Estes Territórios estão distribuídos em 3 biomas - Amazônia, Mata Atlântica e Pampa.

A estratégia foi manter o foco em territórios com múltiplas atividades econômicas, como agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal, localizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Para assegurar a sustentabilidade das ações a médio e longo prazo, foram trabalhadas diferentes agendas, entre elas fortalecimento de cadeias produtivas, estímulo à silvicultura de espécies nativas, produção de alimentos orgânicos, novos arranjos financeiros que incorporam o componente ambiental, biodiversidade e saúde.

Para dar suporte e continuidade ao apoio aos Subprojetos, o Probio II criou o Fundo de Oportunidades, que consiste em um mecanismo financeiro que permite agregar a conservação da biodiversidade às iniciativas do setor privado.

É por meio do Fundo de Oportunidades que os Subprojetos recebem os recursos financeiros para realizarem trabalhos em cadeias produtivas nos seis territórios, como também as ações de monitoramento para avaliar os resultados alcançados

Ao final do Probio II, o Fundo de Oportunidades contava com R\$ 13.275.549,44 para serem desembolsados aos 07 (sete) Subprojetos que se comprometeram com uma contrapartida da ordem de R\$ 47 milhões. Em 2015 executou recursos na ordem de 2,09 milhões.

Os seguintes parceiros encontram-se contratados para execução dos projetos nos territórios abrangidos pelo Fundo de Oportunidade do Probio II:

Subprojetos	Parceiros	Bioma
Economia Florestal – litoral sul da Bahia	Instituto Arapyaú	Mata Atlântica
Sustentabilidade ambiental na cadeia produtiva de Biocombustíveis - Mato Grosso do Sul	TNC, Adecoagro	Mata Atlântica
Legado das Águas - Vale do Ribeira	Votorantim	Mata Atlântica
Saúde silvestre e inclusão digital - Bahia e Pará	Fiocruz/ Fiotec	Mata Atlântica e Amazônia
Juruti Sustentável - Pará	Alcoa, Funjus, Conjus	Amazônia
Economia da Florestal – Resex Tapajós-Arapiuns - Pará	Projeto Saúde e Alegria -PSA	Amazônia
Pecuária Sustentável - Rio Grande do Sul	SENAR-RS, Pecuaristas, Banco do Brasil, IBAMA-RS	Pampa

12.8 Afcof II – Atlantic Forest Conservation Fund

O Atlantic Forest Conservation Fund é um projeto administrado pelo Funbio para apoiar o Projeto Proteção da Mata Atlântica II, que visa contribuir para a proteção, o manejo sustentável e a recuperação da Mata Atlântica. Os recursos do AFCoF são provenientes do KfW Entwicklungsbank (Banco Alemão de Desenvolvimento). O Projeto Proteção da Mata Atlântica II se insere na Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente da Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU), que prevê, ainda, o apoio técnico da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ).

Em 2014, deu-se continuidade à fase de finalização do projeto, com um replanejamento e execução de recursos finais, que foram internalizados para aquisições e contratações encaminhadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também foram concluídas as etapas exigidas pela legislação para o processo de criação de novas Unidades de Conservação (UC) com uma área de aproximadamente 15 mil km², e estruturada uma unidade para o monitoramento e gestão de informações relativas a questões de biodiversidade, com treinamento de profissionais do MMA para seu uso.

O intercâmbio entre os projetos, durante a realização dos mesmos, favoreceu a disseminação de lições aprendidas. Módulos de treinamento e capacitação virtual foram canalizados através da plataforma de aprendizagem em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) apoiada pelo projeto. Dentro dos resultados desde do início do AFCoF, em 2010, um total de 14 projetos piloto de PSA foram selecionados e contratados nas áreas de fixação de carbono, conservação quantitativa e qualitativa da água, bem como proteção da biodiversidade.

O projeto foi encerrado em 2015 com a transferência do saldo do projeto para o KfW, tendo sido encaminhada prestação de contas final. Projeto encerrado.

12.9 GEF Cerrado – Iniciativa Cerrado Sustentável

A Iniciativa Cerrado Sustentável visa contribuir para a valorização do Cerrado por meio de atividades de conservação, restauração, recuperação e manejo sustentável. O Funbio é o gestor do subprojeto “Políticas e monitoramento do bioma Cerrado”, um dos quatro componentes dessa iniciativa, que busca desenvolver uma estrutura de política pública para a conservação do bioma em pelo menos quatro regiões prioritárias. A meta da iniciativa é alcançar 1 milhão de hectares adicionais protegidos no bioma, com o investimento de US\$ 4 milhões em quatro anos. As ações são implementadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e financiadas pelo Global Environment Facility (GEF), através do Banco Mundial. Em 2014 foram apoiados, entre outros eventos, a IV Feira de Sementes e Mudas da Chapada dos Veadeiros,

em Alto Paraíso de Goiás e a Mostra de alimentos com frutos nativos do Cerrado, em Porto Alegre e Goiás; a 13ª reunião ordinária e a 3ª extraordinária do Conselho da Iniciativa Cerrado Sustentável (CONACER), em que houve a apresentação e discussão do Projeto de Lei do Cerrado (PL) e o VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, que subsidiou as discussões sobre o PL.

Foram ainda contratadas 21 consultorias para: mapeamento do uso da terra e vegetação natural do bioma, levantamento populacional de parentes silvestres de *Manihot* e *Arachis* (gêneros de plantas) em UCs, desenho do banco de dados do Cerrado para o portal de biodiversidade, elaboração de vídeos para divulgação da Iniciativa, em apoio ao Plano de Ação Nacional (PAN) desenvolvido pelo ICMBio para espécies ameaçadas de extinção. Além disso, estão sendo adquiridos equipamentos de prevenção e combate a incêndios, veículos e sistema de comunicação para as Unidades de Conservação e material de laboratório para os Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs).

O trabalho do Funbio está inserido na Iniciativa Cerrado Sustentável que, desde 2010, criou cerca de 390 mil hectares, o equivalente a 39.90% da meta de um milhão de hectares em áreas protegidas. Se considerados os esforços para criação das UCs, a meta será alcançada e superada, com a proposição de mais de 2.102.96 hectares de novas UCs no Cerrado, considerando os dois estudos para ampliação dos Parques Estaduais da Serra do Integrante e do Rio Preto, fomentados em parceria o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais.

Em 2015, a internalização dos últimos recursos somou R\$ 1,1 milhões e a execução do projeto atingiu R\$ 2,0 milhões (2014: R\$ 4,2 milhões).

Projeto encerrado, conforme “Closing Note” enviada pelo Banco Mundial em novembro de 2015, atingindo o objetivo de apoiar o Ministério do Meio Ambiente na formulação e na implementação de políticas e no monitoramento do Bioma Cerrado. Além de coordenar e supervisionar a iniciativa, o projeto “Políticas e monitoramento do bioma Cerrado” construiu instrumentos para a implementação de parte dos objetivos e das diretrizes do Programa Cerrado Sustentável. Entre estes objetivos estão o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Cerrado, por meio da criação de UCs; do uso sustentável da biodiversidade dentro da paisagem produtiva; do desenvolvimento e do fortalecimento de políticas públicas; do fortalecimento da gestão efetiva das unidades; do monitoramento do bioma.

12.10 GEF Polinizadores - Conservação E Manejo De Polinizadores Para Uma Agricultura Sustentável Por Meio De Uma Abordagem Ecosistêmica – Polinizadores Do Brasil

Iniciativa da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e financiamento do Global Environment Facility (GEF).

O projeto, finalizado em 2015, visou consolidar uma base de conhecimento integrada sobre os serviços de polinização; promover a efetiva conservação e uso sustentável dos polinizadores para a agricultura; ampliar a capacidade dos agricultores e pequenos proprietários em conservar e utilizar de forma sustentável os serviços de polinização; e promover políticas públicas e ações de conscientização da população.

No total, foram apoiados 57 bolsistas de 19 instituições em mais de 10 estados do Brasil, que atuaram na geração de dados primários sobre os polinizadores. Cinco novas espécies de abelhas foram identificadas com apoio do projeto. Foram produzidas mais de 40 publicações e estudos, que levantaram, além de importantes informações e curiosidades, nove boas práticas para impulsionar a polinização no campo.

Em 2015, o projeto elaborou ainda o *Manual de Boas Práticas para Agricultores* e sete planos de manejo das seguintes culturas: caju, maçã, canola, tomate, melão, castanha e algodão.

Para divulgar os resultados, foi feita uma parceria com a campanha “Sem Abelha Sem Alimento” (*Bee or not to be*), direcionada, prioritariamente, a produtores rurais. A campanha incluiu a criação de uma página na internet, contendo informações sobre os polinizadores; a produção de uma cartilha educativa para crianças de 8 a 11 anos; a veiculação de *spots* de rádio, em 200 municípios e 10 estados e informes diversos em mídias sociais. Uma parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, entregou 200 cartilhas, destinadas à 33 turmas de 17 escolas, com mais de 700 alunos atingidos. No site da Rede Polinizadores do Brasil (<http://www.polinizadoresdobrasil.org.br/index.php/en/redes>) foram disponibilizados os principais resultados do Projeto.

12.11 Projeto Terra do Meio - Consolidação Das Unidades De Conservação Na Região Da Terra Do Meio

O Projeto Terra do Meio tem a missão de contribuir com a redução do desmatamento e com a conservação da biodiversidade da região amazônica a partir do apoio à consolidação de 11 Unidades de Conservação (UCs) na região denominada Terra do Meio. Localizada na porção central do sul do Pará, a região sofre com três grandes frentes de pressão antrópica: a rodovia Altamira-Itaituba (uma seção da Transamazônica) ao norte, a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) a oeste e a mais exposta fronteira agrícola do bioma amazônico, ao sudeste. O mosaico é parte de um vasto território de áreas protegidas contíguas, que abrange 28 milhões de hectares, e que faz da região o segundo maior corredor de biodiversidade do Brasil.

Foram viabilizados: a sinalização da RESEX Rio Xingu; três ações de fiscalização; aquisição de equipamentos para atividades de proteção; manutenção de embarcações e de veículos terrestres; compra de equipamentos e estruturação de base de apoio para a brigada de combate a incêndios florestais; e aquisição de equipamentos para desenvolver atividades de Arranjos Produtivos.

Além disso, foram organizadas duas reuniões para mobilização de conselhos gestores de UCs; 15 reuniões comunitárias; uma reunião de planejamento participativo, uma oficina cabocla, duas reuniões para construção dos termos de compromisso; seminários e oficinas para definição dos Protocolos de Monitoramento da sustentabilidade do uso dos recursos naturais; curso de coleta de dados de monitoramento local nas comunidades e ações para fortalecimento de cadeias produtivas na APA Triunfo do Xingu (produção de madeira) e na ESEC Terra do Meio (produção de farinha).

Em função da não prorrogação do Projeto, alguns processos de aquisição e contratação foram transferidos para o Programa ARPA – que também tem o Funbio como gestor financeiro - e que apresenta objetivos bastante similares com o Terra do Meio, já que sete das onze UCs são apoiadas pelo programa.

Projeto encerrado em 2014 e com prestação de contas concluída e aprovada em 2015. Em 2014, o projeto apresentou um saldo a ser reembolsado ao Funbio no valor de R\$ 430 mil, que foi compensado com a liberação de recursos da ordem de R\$ 0,8 milhões em 2015 quando foi finalizado.

12.12 Carteira Fauna Brasil

A Carteira de Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros Brasileiros - Carteira Fauna Brasil é um mecanismo financeiro que recebe recursos provenientes de sanções penais, multas administrativas ambientais, doações, patrocínios e outras fontes. Fruto de uma parceria com o Ibama, o ICMBio e o Ministério Público Federal, tem por objetivo financiar programas e projetos de conservação da fauna brasileira ameaçada de extinção.

Desde seu início, em 2007, a Carteira já apoiou a execução de 12 projetos de conservação da fauna brasileira ameaçada de extinção, como peixes recifais, tartarugas marinhas, mamíferos marinhos (dentre os quais toninha, baleia jubarte e peixe-boi), felinos de médio e grande porte da região norte de Rondônia, papagaio-de-cara-roxa e ararinha-azul. O Fundo Fauna apresenta um saldo de R\$ 543 mil no fim do exercício de 2015 (2014: R\$ 399 mil), tendo recebido durante este período R\$ 50 mil.

Em 2015, o Carteira Fauna finalizou as atividades do Projeto de Monitoramento de Sirênios na Bacia Potiguar, entre os litorais do Ceará e do Rio Grande do Norte. E como principais resultados, recomendou a extensão da área de monitoramento, a criação de Unidades de Conservação e a mitigação de impacto ambiental para a conservação da espécie. O projeto utilizou tecnologia e metodologia até então inéditas no monitoramento de sirênios (*Trichechus manatus*), dentre elas, a telemetria satelital e o monitoramento por sobrevoo. Em 2015 foram executados R\$ 32 mil (2014: R\$ 580 mil) e o saldo da conta operativa no fim do exercício monta R\$ 148 mil (2014: R\$ 225 mil).

No projeto Ararinha na Natureza, em 2015 a Carteira Fauna apoiou a vinda de dois casais de ararinhas-azuis (*Cyanopsitta spixii*) doados ao governo brasileiro. Um da Alemanha e um do Catar, e a reunião periódica de monitoria do Plano de Ação Nacional (PAN) da espécie na sede da Al Wabra, no Catar, principal criadouro da espécie extinta em 2000 na natureza. Em 2015 foram executados R\$ 111 mil (2014: R\$ 346 mil) e o saldo financeiro da conta operativa do projeto ao fim do exercício monta R\$ 1,1 milhões (2014, idem: R\$ 1,1 milhões).

12.13 Projeto GIZ Anavilhanas

Financiado pela Agência de Cooperação Técnica Alemã (GiZ), o Projeto tem como foco a construção de uma sede flutuante para o Parque Nacional de Anavilhanas, no rio Negro, no Amazonas, que será administrada pelo ICMBio.

Assinada em dezembro de 2012, a meta principal desta iniciativa é construir um flutuante inovador, com estruturas diferenciadas e utilização de energias alternativas, como a solar. O objetivo do flutuante é permitir a realização de atividades de uso público, divulgando as Unidades de Conservação que compõem o Mosaico do Rio Negro.

Uma série de atividades foi desenvolvida pelo Funbio desde o início do projeto, entre elas: contratação de licença prévia para construção, elaboração de projetos executivos, processo de contratação da empresa para desenvolver o projeto final do flutuante, e tomadas de preços dos serviços necessários para construção e montagem.

O flutuante foi finalizado em 2014, e estão em andamento os trâmites para doação do equipamento para o estado do Amazonas, que deverá ser o responsável pela sua manutenção e funcionamento.

Em 2014 foram investidos R\$ 1,3 milhões, utilizando praticamente todo o recurso disponível. Em 2015 foi realizada a prestação de contas final do projeto, que foi encerrado. Houve uma sobra de recursos na ordem de R\$ 5 mil, que foi devolvido ao seu respectivo patrocinador.

12.14 Compromisso pela Amazônia – ARPA para a Vida – Novas Fontes

O projeto ARPA para a Vida tem como objetivo criar e implementar uma nova estratégia de financiamento para o programa ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia. O modelo combina os recursos já depositados no Fundo de Áreas Protegidas (FAP) com investimentos privados, bi e multilaterais criando um fundo de transição. Este fundo permitirá o aumento gradual dos recursos públicos nas UCs, em 25 anos, para atingir a sustentabilidade financeira do programa.

Lançado durante a Rio+20, a iniciativa reúne o WWF, o Funbio, o Linden Trust for Conservation, a Fundação Gordon e Betty Moore, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o ICMBio, com o apoio dos demais parceiros do ARPA. A iniciativa estabelece metas de captação com base na estimativa de custos calculada usando dados reais do programa, sistematizados pelo Funbio desde a criação do ARPA, em 2003, e com dados de execução do ICMBio. Estes cálculos estão detalhados na publicação “Quanto custa o programa ARPA?”, escrita pelas equipes técnicas do Funbio e do WWF.

Em 2015 as seguintes atividades foram planejadas e/ou executadas:

- Desenho dos processos, fluxos e relatórios do funcionamento dessa nova fase do Arpa;
- Estudo sobre os aspectos jurídicos de compensação estadual;
- Publicação do livro “Desvendando a Compensação”, lançado no CBUC;
- Componente Pará:
 - o Estudo do ambiente de financiamento (custos e receitas);
 - o Desenho do fundo de compensação estadual;
 - o Revisão da estratégia de ação para viabilizar o mecanismo;
 - o Articulação com atores locais;
 - o Projeto de lei prevendo o mecanismo encaminhado para apreciação.
- Componente Rondônia:
 - o Estudo do ambiente de financiamento (custos e receitas);
 - o Desenho do fundo de compensação estadual;
 - o Revisão da estratégia de ação para viabilizar o mecanismo;
 - o Interlocução para piloto com recursos da compensação federal.
- Componente Amapá:
 - o Estudo do ambiente de financiamento (custos e receitas);
 - o Desenho e lançamento do fundo de compensação privado.
- Componente Amazonas:
 - o Estudo do ambiente de financiamento (custos e receitas);
 - o Concepção do fundo privado;
 - o Priorizadas fontes de recursos que serão estudadas detalhadamente;
 - o Proposta de decreto prevendo o mecanismo;
 - o Interlocução com parceiros locais;
 - o Aprovação de lei prevendo Mecanismo Financeiro Privado (regulamentação).
- Componente Captação:
 - o Realizado roadshow proposta de piloto junto a empreendedores e órgãos estaduais de controle;
 - o Estratégia de captação de recursos privados nacionais estruturada;
 - o No exercício de 2015 não foram recebidos recursos (2014: recebidos R\$ 949 mil) e foram executados R\$ 279 mil (2014: R\$ 1,4 milhões) considerando as parcelas de reembolso da equipe do Funbio.

12.15 Projeto de Capacitação da RedLAC para Fundos Ambientais

O Projeto tem como objetivo fortalecer os fundos em sua operação e no uso de mecanismos financeiros inovadores que reduzam a dependência de doações e diversifiquem as fontes de recursos. O projeto, que reúne os fundos da América Latina, Caribe e África, promove a troca de experiências, a sistematização de estudos de casos e melhores práticas, a construção de metodologias em grupos de trabalho e projetos piloto para testar novos mecanismos para a conservação.

O ano de 2014 foi o quarto e último ano do projeto, com a entrega de duas oficinas de capacitação adicionais. A primeira em Camarões, na África, sobre como os fundos ambientais podem trabalhar com a indústria extrativa, especialmente a mineradora. Este encontro integrou o programa da IV Assembleia da CAFÉ, a rede africana de fundos. A segunda oficina do ano também foi a última do projeto, em Guayaquil, no Equador, integrada à XVI Assembleia da RedLAC, e teve como foco o método do estudo de caso. Na ocasião os fundos desenvolveram estudos de caso sobre suas instituições e projetos, e fizeram uma viagem de campo ao arquipélago de Galápagos.

Foram também finalizadas as duas experiências de mentoriação entre fundos ambientais, modalidade em que os fundos mais consolidados e experientes apoiam uma determinada demanda de um fundo mais novo. Nesta atividade, o Funbio trabalhou para apoiar a estruturação dos procedimentos financeiros do Biofund em Moçambique.

Todos os conteúdos produzidos nos quatro anos de projeto foram traduzidos para o inglês, espanhol e francês e estão disponíveis nos sites do Funbio e da RedLAC. Como próximo passo será lançada uma plataforma web para disponibilizar este material e futuras referências produzidas tanto pelos membros da RedLAC quanto pelos fundos africanos da rede irmã CAFÉ.

O Projeto também co-financiou 5 projetos piloto para testar mecanismos financeiros inovadores, que buscaram conectar os fundos a novas fontes de recursos. Entre os principais resultados está a criação da rede africana de fundos ambientais, a CAFÉ, que hoje trabalha em conjunto com a RedLAC em um novo projeto de fortalecimento para os fundos de ambas regiões – Projeto K - que começou em 2015 e terminará em 2018.

Os recursos remanescentes no valor de R\$ 33 mil apresentados no saldo do projeto serão utilizados para pagamento de publicações finais.

12.16 GEF Nutrição - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para a Melhoria da Nutrição e Bem Estar Humano

O Projeto atua na promoção de espécies nativas com alto valor nutricional, mas desconhecidas ou pouco utilizadas por questões culturais, na dieta cotidiana brasileira. Além de promover o conhecimento científico sobre estas espécies, o projeto foca na disseminação de informação e em políticas públicas para compra de alimentos, preço mínimo e introdução de produtos da biodiversidade brasileira na merenda escolar e em programas de alimentação do governo.

Este projeto, em parceria com a Bioversity International e com financiamento do Global Environmental Facility (GEF) por meio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), teve início na segunda metade do ano de 2012. Cabe ao Funbio a administração dos recursos do projeto no Brasil.

Para o biênio 2015 e 2016 as seguintes atividades estão previstas:

- Revisão orçamentária anual e do projeto como um todo.
- Assinatura da LOA 2015 e revisão dos modelos de prestação de contas.
- Execução de pesquisa, por meio de parceria com diferentes Instituições, que farão a identificação nutricional de espécies nativas em diferentes regiões do Brasil;
- Contratação de novos bolsistas e apoio de pesquisa para análise da composição nutricional de espécies nativas brasileiras.

Durante o exercício de 2015, o projeto investiu R\$ 449 mil (2014: R\$ 483 mil) e recebeu R\$ 984 mil (2014: R\$ 743 mil), havendo em sua conta operativa um saldo de R\$ 1,2 milhões (2014: R\$ 668 mil).

12.17 Conservation Finance Alliance – CFA

A CFA é uma rede global que contribui para o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas em finanças da conservação, realizando reuniões, debates, pesquisas e publicações.

A CFA fechou o ano de 2014 com 590 membros voluntários em 109 países, sendo 150 novos membros cadastrados só no ano em questão, o maior número desde que o Funbio assumiu a Secretaria Executiva do projeto, em 2008.

Foram lançados quatro estudos sobre finanças da conservação: Supporting biodiversity conservation ventures: Assessing the Impact Investing sector for an investment strategy to support environmental entrepreneurship (Fevereiro/2014); Conservation Trust Funds Investment Survey 2014 - CTIS 2013 (Setembr gbo/2014); Sustainable Financing of Protected Areas: Conservation Trust Funds and Projects: Comparative Advantages (Novembro/2014); e Practice Standards for Conservation Trust Funds (Dezembro/2014), totalizando 16 estudos produzidos desde o início da rede, em 2002.

Em maio, durante a 5ª Assembleia do GEF, em Cancún, no México, a CFA organizou um side event cujo tema foi “Environmental Funds and Conservation Finance”, em que foram apresentadas as versões preliminares dos estudos lançados no 2º semestre de 2014.

Nos meses seguintes, o Comitê Executivo da CFA e a Secretaria concentraram seus esforços na preparação para a 6ª edição do Congresso Mundial de Parques da IUCN, em novembro, em Sydney, na Austrália. A CFA foi convidada para liderar as discussões a respeito do tema de finanças da conservação durante o Congresso e compor o grupo de especialistas para o World Commission on Protected Areas (WCPA). A rede organizou um estande durante o evento, cuja agenda incluiu debates, painéis, workshops, apresentações e lançamentos de publicações.

O Funbio permaneceu como Secretaria Executiva da CFA até o fim de junho de 2015, preparando para a transição em direção a uma nova estrutura e modelo de governança. Foi realizada a prestação de contas final e o saldo de recursos foi transferido para o novo gestor.

Todos os estudos já apresentados pela rede estão disponíveis no site: www.conservationfinance.org

12.18 FIP - Programa de Investimentos em Florestas dos Fundos de Investimentos em Clima

O Programa de Investimentos em Florestas (FIP) dos Fundos de Investimentos em Clima (CIF) apoia esforços de redução de desmatamento e degradação e promove o manejo florestal sustentável para reduzir emissões e aumentar os estoques de carbono florestal. O FIP apoia o Plano de Investimento do Brasil, que atua no Bioma Cerrado, por meio de ações articuladas.

Este projeto prepara a proposta brasileira ao Banco Mundial, na busca por aproximadamente US\$ 70 milhões, divididos entre doações e empréstimos. Desde o início, em 2012, foram realizadas reuniões com a participação de diversos ministérios e de representantes da sociedade civil e discutidas as quatro linhas de atuação do FIP no Brasil: O plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono); o Cadastro Ambiental Rural (CAR); um sistema de alerta para incêndios; e o inventário florestal do bioma.

Além da realização das oficinas de consulta pública, várias ações foram feitas para levantamento, organização e sistematização de dados e informações junto aos órgãos públicos estaduais e federais e Entidades envolvidas, em especial para o planejamento em cada um dos estados abrangidos, incluindo visitas técnicas in loco. Deve ser ressaltada a importância do processo participativo para a elaboração dos projetos, que proporciona o conhecimento de demandas, oportunidades e dificuldades dos diferentes atores.

Ao fim do exercício de 2014 o projeto estava em fase de prestação de contas final do investimento total de US\$ 250 mil. No início de 2015 foi finalizada a prestação de contas e entrega de relatório de auditoria. Projeto encerrado.

12.19 Fundo Paiter Surui

O Fundo Paiter Surui é um mecanismo financeiro voltado para implantar o Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro, segundo princípios de boa governança e transparência, com a participação ativa dos conselhos representativos indígenas nas decisões. Os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono e os provenientes de outras fontes serão parte integrantes do Fundo Paiter Surui, que tem o Funbio como responsável pelo seu desenho e por sua gestão financeira.

Os índios Surui lutam pela conservação de seus recursos naturais, e na última década, liderados por Almir Surui, elaboraram um plano estratégico de 50 anos para a conservação, a proteção e a sustentabilidade de suas terras. Para financiar este plano, desenvolveram um projeto de carbono de REDD+ e um fundo para receber os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono, além de recursos de outras fontes. O Funbio desenhou e faz a gestão do fundo que financia projetos propostos pelas associações do povo Surui.

Em 2014, foram realizados desembolsos de recursos para as associações, e duas capacitações. A primeira para a Associação Metareilá sobre as ferramentas de gerenciamento do fundo, e a segunda direcionada às associações indígenas sobre as ferramentas de gestão de projetos comunitários.

Também foi feita a venda de todos os créditos do primeiro período de verificação, sendo 170 mil VCU (Verified Carbon Unities) para o programa de compensação voluntária de emissões de GEE da Natura e 75 mil VCU para a The Carbon Neutral Company Limited visando a neutralização de emissões de GEE associados com a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

Este projeto contribui para a consolidação e alcance das propostas e metas da Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) e do Plano de Ação para a Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM). Na escala regional o projeto se alia aos objetivos do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento do Estado de Rondônia.

Em 2015, foram investidos R\$ 0,8 milhões (2014: R\$ 1,3 milhões) e não ocorreram novas entradas de recursos (2014: R\$ 1,9 milhões). O saldo da conta operativa do fundo ao fim do exercício monta R\$ 1,1 milhões (2014: R\$ 1,6 milhões).

12.20 Fundo Cidades Sustentáveis – FCS

O estudo, financiado pela Latin America Regional Climate Initiative (LARCI), avaliou a viabilidade e propôs um desenho para a implantação de um mecanismo para o financiamento da agenda ambiental e climática nos espaços urbanos brasileiros, para a criação do Fundo Cidades Sustentáveis.

As cidades têm um papel fundamental na mitigação de gases de efeito estufa (GEE) e na adaptação às alterações climáticas e seus impactos. Porém, os investimentos públicos e privados foram historicamente feitos em uma infraestrutura que não incorporou as variáveis sociais, climáticas e ambientais. Mudar estes investimentos e o comportamento da sociedade pode ser induzido pela criação de novos mecanismos financeiros que facilitem o acesso a recursos existentes e mobilizem novos recursos para apoiar agendas urbanas no longo prazo.

Nesse contexto o projeto desenvolveu um levantamento da demanda e dos recursos atuais disponíveis por setor, desenhou uma proposta para um mecanismo (financeiro e legal) e fez um primeiro mapeamento do interesse de potenciais doadores para que o mecanismo seja experimentado.

Em 2014, foi realizado um diagnóstico dos atores, agendas e ambiente de financiamento da agenda urbana brasileira para verificar se havia espaço para um mecanismo financeiro privado para as cidades. Também foram mapeadas as tendências dessa agenda e seus temas prioritários. Essas análises foram realizadas com base em pesquisa bibliográfica e, principalmente, entrevistas com atores chave no que tange o tema cidades sustentáveis.

O diagnóstico dos temas prioritários foi validado em um workshop realizado no Rio de Janeiro com os atores chave da agenda urbana. Também foi identificada, em parceria com o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), uma demanda de financiamento dentro da temática de economia inclusiva com base em negócios sociais e empreendedorismo local nas favelas cariocas. Identificou-se, inclusive, um potencial dessa atividade na implementação do projeto piloto.

Em 2015 ocorreu a análise de viabilidade do fundo, o mapeamento de riscos e a finalização do desenho inicial do mecanismo, incluindo questões legais, financeiras, de governança, de gestão e de administração, além de momentos de validação e ajustes juntos aos atores chave. Relatório final entregue e projeto encerrado.

Em 2015, foram utilizados os recursos remanescentes e investidos R\$ 222 mil nesta iniciativa (2014: R\$ 316 mil).

12.21 REDD+ em UCs – Projeto Demonstrativo de Crédito de Carbono Florestal na Resex Tapajós-Arapiuns

O Projeto REDD+ em UCs – Projeto Demonstrativo de Crédito de Carbono Florestal na Resex Tapajós - Arapiuns é fruto de uma parceria entre Associação Tapajoara, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e Center for Environment, Economy and Society da Universidade de Columbia (CEES), com apoio técnico da Biofilica Investimentos Ambientais S.A. e financiado com recursos da ICCO Foundation no valor de EUR 250,000.00.

O projeto tem como objetivos a implantação de um projeto demonstrativo de Carbono Florestal com a utilização do sistema de Créditos de Áreas Protegidas do Rainforest Standard, (The RFSPAC™ - sigla em inglês), como alternativa de financiamento das atividades do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

O projeto iniciou em julho de 2014 com a apresentação da proposta ao Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Tapajós - Arapiuns que concordou com a mesma. Em outubro de 2014, a ICCO Foundation e o Funbio assinaram o contrato para desenvolver e financiar o projeto. Em dezembro de 2014 foi depositada a primeira parcela do financiamento. Nesse mesmo mês, o Funbio e Biofílica assinaram um contrato, com o objetivo de promover a elaboração dos trabalhos de confecção de um Mapa de Área Protegida e um Documento de Concepção de Projeto para elaboração de um Projeto Demonstrativo de Crédito de Carbono Florestal na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns ("Projeto"), seguindo os princípios e critérios apresentados pelo "Rainforest Standard for Protected Areas Credit" ("Certificação"). Em agosto de 2015, com o trabalho de campo, aproximadamente pela metade, o ICMBio suspendeu o projeto em decorrência de protestos indígenas relacionados principalmente com questões além do projeto (demarcação de territórios indígenas). Estas circunstâncias não foram previstas, e impediu o projeto de completar o trabalho planejado, razão pela qual os investimentos ficaram aquém do previsto. Dessa forma, como o Projeto não foi concluído, o Funbio encaminhou em 11 de fevereiro de 2016 a prestação de contas final ao doador e aguarda a sua orientação para utilização do saldo dos recursos restantes.

Em 2015 foram recebidos R\$ 410 mil (2014: R\$ 385 mil) e executados e transferidos R\$ 484 mil. O saldo no final de exercício ficou em R\$ 316 mil (2014: R\$ 358 mil.).

12.22 Projeto Áreas Marinhas Protegidas - GEF MAR

O Projeto tem por objetivo apoiar a criação e implementação de um sistema representativo e efetivo de áreas marinhas e costeiras protegidas (AMCPs) para reduzir a perda de biodiversidade. Trata-se de um plano de ação amplo, em que várias agendas podem ser integradas em prol da conservação marinha e costeira. Essa é uma iniciativa do Funbio em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), ICMBio, Ministério de Minas e Energia (MME/Petrobras), financiado pelo Global Environment Facility (GEF) via Banco Mundial. A meta principal é a criação e a consolidação de 120 mil km² de áreas marinhas protegidas. Com isso, o percentual de áreas protegidas no Brasil passará de 1,5% para 5%.

O GEF Mar tem o valor total de cerca de US\$ 116 milhões, contando com um investimento do GEF de US\$ 18,2 milhões, US\$ 20 milhões da Petrobras e contrapartidas da própria empresa em bens e serviços economicamente mensuráveis, que chegam a US\$ 70 milhões adicionais. O projeto conta ainda com contrapartidas do MMA e ICMBio.

Este projeto é um exemplo do envolvimento do setor privado e do comprometimento governamental na conservação da biodiversidade marinha, sendo considerado pelo Banco Mundial como um modelo para o Global Partnership for Oceans (GPO), uma aliança crescente de mais de 100 governos, organizações internacionais, setor privado e grupos da sociedade civil, incluindo o Funbio, comprometidos com a conservação dos oceanos.

No início de 2014, foi realizada a primeira oficina para avaliação das demandas das Unidades de Conservação (UCs) e centros de pesquisa, visando subsidiar a elaboração dos planos operacionais anuais que detalham as atividades e recursos necessários para a implementação do projeto.

As negociações referentes aos termos do contrato, condições de desembolso, e detalhamento do projeto foram conduzidas pelo Banco Mundial com o envolvimento de todos os parceiros, e ainda em 2014 foram assinados o Acordo de Doação entre o Funbio e o Banco Mundial, bem como, os Acordos de Cooperação Técnica entre o Funbio e o MMA, e entre o Funbio e o ICMBio, que permitiram que o projeto entrasse em efetividade antes da virada do ano, sendo que não houve recebimento de recursos até o fim do exercício de 2014.

Em 2015 foram recebidos os primeiros recursos para o projeto, R\$ 3,6 milhões e executados R\$ 908 mil.

Os Resultados alcançados desde o início do projeto foram:

- Contrato assinado e primeira parcela de recursos disponibilizada em fevereiro de 2015;
- Reuniões de alinhamento com MMA e ICMBio para iniciar a execução do Projeto;
- Implementação do GT do Componente 2 (Sustentabilidade Financeira) do Projeto;
- Oficina para revisão do planejamento de atividades e capacitação em procedimentos operacionais, envolvendo os gestores de todas as unidades executoras do Projeto (ICMBio) e MMA;
- 1ª e 2ª Missões de Supervisão do Projeto, incluindo a 1ª visita a campo (APA Costa dos Corais);
- Aprovação do Procurement Plan (PP) pelo Banco Mundial e posterior revisão (dez/15);
- Início de discussões entre instituições (MMA, ICMBio e organizações sociais locais) sobre inclusão de apoio aos grupos sociais localizados no entorno e dentro das UCs de uso sustentável.

12.23 Projeto K - “KNOWLEDGE FOR ACTION”

O Projeto tem como objetivo fortalecer os fundos em sua operação e no uso de mecanismos financeiros inovadores que reduzam esta dependência e diversifiquem as entradas de recursos. Além de oficinas de capacitação com diferentes temas e mentorias em pares de fundos ambientais, o projeto cofinanciará a implementação de mecanismos financeiros inovadores por meio de uma chamada de propostas dirigida aos fundos ambientais da América Latina e Caribe (RedLAC) e do Consórcio de Fundos Africanos (CAFÉ).

As principais metas do Projeto K são:

- Financiar 10 estudos de pré-viabilidade de mecanismos financeiros inovadores;
- Cofinanciar 5 estudos de viabilidade de mecanismos financeiros inovadores;
- Facilitar ao menos 16 atividades de mentoria entre pares de fundos;
- Realizar 3 oficinas de capacitação na África com temas a serem definidos;
- Apoiar a elaboração de 2 planos estratégicos das redes (1 para RedLAC e 1 para CAFÉ);
- Elaborar linha de base para ambas as redes no início do projeto e analisar a evolução dos mesmos ao final do projeto por meio de indicadores;
- Comunicar o projeto em eventos internacionais anuais a serem definidos, incluindo assembleias da RedLAC e CAFÉ;
- Apoiar a criação de um grupo de trabalho sobre sustentabilidade financeira da RedLAC e CAFÉ;
- Estruturar uma plataforma web para comunicação e aprendizagem do projeto.
- Resultados alcançados desde o início do projeto:
- Contratação do gerente do projeto;
- Realização do plano estratégico da RedLAC;
- Contratação de um consultor para a realização da oficina de capacitação sobre cooperação internacional e setor privado na África;
- Formatação de estudos de casos realizados no projeto de capacitação da RedLAC;
- Plataforma web do projeto semi-estruturada e lançada na assembleia da CAFÉ 2015;
- Workshop da Costa do Marfim realizado em setembro de 2015;
- Kick off oficial do projeto e inception workshop realizado na assembleia da REDLAC em 2015 no Panamá;
- Ferramenta dos Practice Standards da CFA desenvolvida e aprovada;
- Lançamento da chamada de propostas do Fundo de Inovação;
- CEO approval assinado pelo GEF obtido em outubro de 2015.
- Adicionalmente o plano para o primeiro trimestre de 2016 é:
- Assinatura do contrato com o GEF/UNEP;
- Elaboração e lançamento da chamada de mentorias;
- Realização da 2ª reunião do comitê do projeto do Rio de Janeiro;
- Seleção das propostas do Fundo de Inovação;

- Elaboração do TdR para contratação de consultoria para ferramentas de e-learning;
- Repasse do recurso do Comitê Executivo da CAFÉ;
- Estruturação do GT de Monitoramento e do GT de Sustentabilidade das redes.

Em termos financeiros o Projeto K em 2015 recebeu um montante de R\$ 446 mil e no final do exercício de 2015 possuía R\$ 83 mil.

12.24 Projeto Moore Sustentabilidade

O objetivo do projeto é a sustentabilidade financeira das áreas protegidas da Amazônia, incluindo as zonas do ARPA, aprimorada por meio da consolidação de mecanismos de compensação e fontes de financiamento alternativas para quatro estados prioritários na Amazônia brasileira (Amapá, Pará, Rondônia e Amazonas) e Governo Federal. O Projeto parte de uma doação de US\$ 700 mil da Gordon & Betty Moore Foundation e Linden Trust for Conservation;

Como metas foram colocadas as seguintes atividades:

- Desenho de mecanismos de compensação do Pará e em Rondônia; Desenho e implementação de uma estratégia de captação de recursos para o mecanismo financeiro privado do Estado do Amapá;
- Desenho e validação de um mecanismo de compensação ambiental federal na região amazônica;
- Estabelecimento de um mercado de créditos fiscais/tributários convertível para conservação;
- Estabelecimento e articulação de um grupo brasileiro para discussão de temas relacionados à finanças da conservação;
- Mapeamento dos potenciais alvos nacionais e internacionais (doméstica do setor privado, sem fins lucrativos do setor nacional, de cooperação bilateral e multilateral, nacionais e fundações privadas internacionais) para elaboração da estratégia de captação de recursos para o mecanismo financeiro privado do Amapá;
- Desenho de estratégia de captação de recursos em parceria com representantes governamentais para o mecanismo privado baseado em demandas financeiras para a consolidação das áreas protegidas;
- Mobilização de parceiros (setor público, setor privado, ONGs e organizações internacionais) para a criação de um grupo brasileiro para discussão de temas relacionados à finanças da conservação.

Neste primeiro ano de atividades foram executados R\$ 892 mil e recebido R\$ 1,9 milhões.

12.25 Termo de Execução de TAC – Chevron do Brasil

A celebração do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC pela empresa Chevron Brasil e o Ministério Público Federal, com a interveniência da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) deu origem a dois projetos voltados para a conservação do ambiente marinho-costeiro no Estado do Rio de Janeiro e parte do Espírito Santo. São eles: Conservação da Toninha na Área de Manejo I (Franciscana Management Area I – FMA I) e Projeto de Apoio à Pesquisa Marinha e Pesqueira no Rio de Janeiro.

O primeiro projeto visa apoiar atividades identificadas como prioritárias para a conservação da toninha, uma espécie de golfinho que ocorre desde a Argentina até o litoral norte do Espírito Santo, no Brasil, bastante ameaçado pela poluição das águas e, principalmente, pela captura acidental em redes de pesca. Por meio do lançamento de uma Chamada de Projetos serão selecionadas iniciativas com enfoque a três metas do Plano de Gestão da Toninha: apoio a ações que contribuam para a geração de subsídios para a avaliação da viabilidade populacional na Área de Manejo I (FMA I) (Meta 1); proposição e implementação de medidas de ordenamento pesqueiro para pesca de emalhe, adequadas à conservação da toninha (Meta 2); e o aumento do conhecimento biológico e ecológico da toninha (Meta 6).

O projeto iniciou em de outubro de 2015 com a assinatura do Termo de Execução do TAC. A partir daí, foi dado início à elaboração do Manual Operacional do Projeto e aos trâmites necessários para a composição da Câmara Técnica que será responsável pela elaboração da Chamada de Projetos e pela seleção das propostas que passarão a receber apoio. No ano de 2015 foram recebidos recursos na ordem de R\$ 2,7 milhões e executados R\$ 245 mil.

O segundo projeto visa apoiar a pesquisa científica voltada à pesca e aos recursos pesqueiros, em especial para a efetiva implementação do Plano de Gestão da Sardinha-verdadeira, nos campos da biologia, ecologia, conservação, estatística pesqueira, nutrição humana e socioeconomia da pesca. Esse amplo espectro forma o conjunto de conhecimentos necessários para um entendimento sistêmico da temática em questão, desde as espécies exploradas comercialmente até a mesa do consumidor final, passando pelas questões que envolvem a atividade pesqueira, tanto na sua face industrial, quanto na artesanal, o que inclui os seus conflitos internos e com outras atividades econômicas. O lançamento de duas Chamadas, uma específica para a implementação do Plano de Gestão da Sardinha-verdadeira, permitirá que sejam selecionadas iniciativas que contemplem os objetivos principais do projeto.

O projeto iniciou em de outubro de 2015 com a assinatura do Termo de Execução do TAC. A partir daí, foi dado início à elaboração do Manual Operacional do Projeto e aos trâmites necessários para a composição das Câmaras Técnicas que serão responsáveis pela elaboração de duas Chamadas de Projetos e pela seleção das propostas que passarão a receber apoio. Até 2015 foram recebidos recursos na ordem de R\$ 5,8 milhões e executados R\$ 532 mil.

13 Fundo de recursos FUNBIO

O Fundo de Recursos do FUNBIO - FRF tem por objetivo complementar as necessidades de caixa da Entidade quando necessárias. A orientação estratégica do Conselho Deliberativo é no sentido de diminuir a dependência da Entidade sobre o FRF.

A partir de 2012 o FUNBIO começou a atingir um equilíbrio entre suas despesas e receitas, não precisando recorrer ao FRF.

A busca pela sustentabilidade financeira da organização continua com o incremento do número de projetos e racionalização no emprego dos recursos gerados. O FRF é a garantia de continuidade das atividades do FUNBIO em momentos que exijam o investimento de recursos próprios.

Em 2014, com a autorização do Conselho Deliberativo do Funbio, foram sacados R\$ 710 como adiantamento a despesas operacionais do Projeto Terra do Meio e a despesas operacionais do Funbio. Em 2015 esse valor retornou ao FRF.

A gestão dos ativos do FRF é acompanhada pela Comissão de Gestão de Ativos do FUNBIO e administrada pela Pragma Gestão de Patrimônio.

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	15.033	14.573
Rendimentos no exercício	1.993	1.406
Gestão Pragma	(17)	(6)
Ajuste da provisão para imposto de renda	(474)	(230)
Aplicação no decorrer do exercício	710	(710)
Saldo em 31 de dezembro	17.245	15.033

14 Reembolso de projetos

Nesta conta do grupo de receitas são registrados os recursos de projetos utilizados para o reembolso de despesas incorridas pelo Funbio como entidade executora da iniciativa. Em grande parte referem-se a custos de pessoal, locomoção e administrativo indispensável para a realização dos trabalhos. Todo reembolso solicitado encontra-se amparado em orçamento do programa ou projeto e são acompanhados de documentação comprobatória dos gastos, passando a fazer parte das prestações de contas submetidas à aprovação dos doadores. Assim. A receita que aqui se apresenta constitui custos diretos dos projetos.

Projeto	2015	2014
Arpa 2ª Fase - BNDES	-	505
FMA - Convênio SEA	1.530	1.245
Arpa 2ª Fase - KfW	1.512	255
Arpa 2ª Fase - GEF	1.123	2.580
Probio/Fundo de Oportunidades	1.503	605
Votorantim Probio	293	-
Terra do Meio	149	404
GEF Cerrado	174	93
GEF Polinizadores	224	116
RedLac Capacitação	7	274
Novas Fontes Arpa	76	1.083
Novas Fontes Amapá	94	-
Fundo Paiter Suruí	64	-
CFA	126	188
CLUA - Estudos Finanças REDD	-	59
FIP	1	11
Resex Tapajós Arapiuns (ICCO-CEES)	113	-
Funbio Cidades - ICAL	158	305
GEF Nutrição - BIOVERSITY	61	73
GEF Mar	1.383	-
TFCA	8	-
Fauna - Fundo Carteira	34	-
Funjus - Capacitação Conjus	34	183
Arpa 3ª fase - BID	1.578	185
Arpa 3ª fase - Fundo de Transição	986	-
Fundo Piloto Juruti	-	7
Fundo Kayapó	34	96
Projeto K	11	-
Moore Sustentabilidade	429	-
Chevron - Pesquisa Marinha e Pesqueira	532	-
Chevron - Conservação da Toninha	245	-
Ecofunds	14	-
Arpa para Vida (Moore)	216	-
Ucs Estaduais Acre WWF	16	-
Total	12.728	8.267

15 Recuperação de custos

Nesta conta do grupo de receitas são registrados os valores transferidos pelos projetos a título de cobertura dos custos indiretos incorridos pelo Funbio na execução das suas atividades previstas no orçamento da iniciativa. A verba transferida ao Funbio com esta finalidade não se constitui remuneração por serviço prestado, mas uma cooperação a ser utilizada no objetivo comum previsto no orçamento projeto.

Projeto	2015	2014
TFCA	691	1.179
AFCOF II	-	40
Carteira Fauna – Sirênios	-	118
Carteira Fauna - Ararinha Azul	-	145
GEF Polinizadores	91	163
Terra do meio	334	185
Fundo Carteira Fauna	-	3
CFA	10	6
FundoCarbono Paiter Suruí	-	22
Capacitação Funjus/Conjus	22	-
Total	1.148	1.861

16 Serviços prestados

Nesta conta do grupo de receitas são lançadas as entradas relativas a serviços prestados – como consultoria – que envolvem a emissão de documento fiscal municipal e quando assim requisitado pelos parceiros da Entidade. Esta modalidade não descaracteriza a condição de OSCIP Organização da Sociedade Civil de Interesse Público sem fins lucrativos.

Projeto	2015	2014
FVA - Função Vitória Amazônica	18	-
UC's BA e ES - CI Conservation International	105	-
WWF Brasil	-	31
Sirênios - Petroleo Brasileiro S.A	-	147
Fundação Bioguiné	-	193
Total	123	371

17 Resultado financeiro líquido

Projeto	2015	2014
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	108	62
Rendimento de aplicações financeiras	78	42
Total de receitas financeiras	186	104
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(2)	(9)
Despesas bancárias	(11)	(6)
IOF	-	(7)
Total de despesas financeiras	(13)	(22)
Resultado financeiro líquido	173	82

18 Ajustes exercícios anteriores

São considerados como ajustes de exercícios anteriores, os decorrentes de mudança de política contábil ou de retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes (art. 186, § 1º Lei Nº 6.404/76). Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2015, foram evidenciados os valores de fatos com efeitos que pertenceram a exercícios anteriores, em decorrência de apropriação atemporal, exceções de lançamentos em duplicidade, variação cambial para ajuste de saldo de recurso de terceiros no passivo e ajuste dos recursos compartilhados com projetos da conta administrativa em NY, totalizando um efeito líquido de R\$ 250 mil, conforme demonstrado abaixo:

Projetos	R\$ - Mil
Arpa 2ª Fase	(12)
GEF Cerrado	2
Probio II	(2)
CFA	22
Fundo Palter Surui	16
BNDES	56
Funbio Cidades	8
TFCA	6
Sirênios	(205)
Adoção de parques - MPX	65
Carteira Fauna - Sísmica	118
Ecofunds	(5)
Terra do Meio	204
AFCof II	6
Outros	(27)

19 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015, a Entidade apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Importância segurada
Incêndio de bens do imobilizado	1.000
Responsabilidade Civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros - D&O	5.000

Rosamaria Lemos de Sá

Rosa Maria Lemos de Sá
Secretária Geral

Aylton Coelho Neto

Superintendente de Planejamento e Gestão

Danielle Soares dos Santos Seixas

Responsável Técnico

Danielle Soares dos Santos Seixas
Contadora CRC-RJ - 095.266/0-0